

A igualdade perante a lei, discriminada

Em nome da defesa do “casamento igualitário” é possível negar ao divergente, direitos e liberdades que cabem a um cidadão. A correção política falseia os termos do debate, pois quem se opõe sozinho pode atuar de má fé.

O Supremo Tribunal dos EUA começou a analisar os dois recursos interpostos sobre o casamento *gay*: a Proposta 8 da Califórnia, a lei aprovada em referendo para reconhecer só o casamento entre homem e mulher na Constituição estadual, e a Lei de Defesa do Casamento de 1996, que dispõe que o casamento entre homem e mulher é o único reconhecido pelo governo federal.

Tal como explica o comunicado à imprensa do procurador-geral Heric Holder, a Administração Obama toma partido em ambos os casos a favor do casamento *gay* “para reivindicar o princípio constitucional de igualdade perante a lei”. Na sua opinião, as duas leis que o Supremo vai analisar estão “enraizadas na discriminação”, pois negam aos homossexuais e às lésbicas “os mesmos benefícios e direitos que as leis concedem” aos casados.

Sem direito a réplica

O princípio de igualdade perante a lei converteu-se num poderoso argumento para pedir a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Também o invocou recentemente o “The Washington Post” para explicar os motivos porque este diário tende a inclinar-se, nas suas informações, a favor dos pedidos dos *gays*.

Num polémico artigo “Is the Post ‘pro-gay’?” (22.2.2013), o *ombudsman* do jornal medeia entre um redator e um leitor. Este tinha-se queixado da presença excessiva de artigos a favor do casamento *gay* no “Post”. O redator respondeu dizendo que isso se explica porque a defesa do casamento homossexual constitui hoje “a causa pró-direitos civis do nosso tempo”.

O leitor replica dizendo que o jornalismo tem mais a ver com a exatidão e a equidade. Daí o bom jornalismo não poder apresentar os que se opõem ao casamento *gay* como “pessoas que odeiam”. E o redator objeta: “Deveriam os meios de comunicação dar espaço aos racistas; isto é, aqueles que pensam que os negros não se podem casar com os brancos?”.

Mas o debate é se o casamento com outra pessoa do mesmo sexo é um direito como o de se casar com uma pessoa de outra raça, ou uma distorção do casamento.

Discriminas porque não pensas como eu

Segundo a lógica veiculada pelo “The Washington Post” (e a de Obama), a ideia do casamento como união de homem e mulher corresponde somente a um preconceito, que alimenta uma discriminação de séculos. Para o professor de Princeton, Robert P. George, esta perspectiva leva a pensar que nenhuma pessoa razoável de boa vontade pode estar em desacordo com os casamentos *gay*, do mesmo modo que nenhuma pessoa razoável de boa vontade pode ser favorável à segregação e à superioridade racial.

Vistas assim as coisas, o debate sobre o casamento *gay* fica profundamente viciado, pois já não há espaço para uma troca de ideias razoáveis: em seu lugar, temos um “confronto entre as forças da razão, do progressismo e da igualdade – ou seja, de um lado, os defensores de ‘abrir o círculo da inclusão’ – e, de outro, os que militam no lado da ignorância, do ódio e da discriminação – aqueles que por má vontade excluem os outros [do casamento]”.

Além de tornar impossível o diálogo, este modo de pensar desqualifica automaticamente os que defendem que o casamento só pode ser a união de homem e mulher. “Os ‘exclusivos’ – defende Robert P. George em “Public Discourse” no artigo “Marriage, Religious Liberty, and the ‘Grand Bargain’” – têm de ser tratados como os racistas, pois são equivalentes. Evidentemente, nós (pelo menos, nos EUA) não prendemos os racistas na cadeia por expressarem as suas opiniões; respeitamos a Primeira Emenda. Mas não temos dúvidas em estigmatizá-los e impor-lhes, a eles e às suas instituições, diversas formas de desqualificação social e, inclusivamente,

civil. Em nome da 'igualdade matrimonial' e da 'não discriminação', minamos a liberdade – sobretudo, a liberdade religiosa e a liberdade de consciência –, assim como a genuína igualdade”.

Tratamento desigual justificado ou arbitrário?

George Weigel, que é professor no Ethics and Public Policy Center de Washington, também respondeu às pessoas que defendem que as leis a favor do casamento *gay* são equivalentes às que um dia proibiram a discriminação racial.

“Nos sistemas de governo conhecidos na história, qualquer política sobre o casamento estabelece fronteiras, ao excluir desta instituição certo tipo de relações. Os pais não podem casar-se com os seus filhos. Os irmãos não podem casar-se com as suas irmãs. Os menores tão-pouco podem casar-se. Nem os já casados”.

“Fossem autocráticos, aristocráticos, monárquicos ou democráticos, os governos sempre ‘discriminaram’ (isto é, sempre fizeram distinções) nas leis sobre o casamento”. O problema moral e legal chave é discernir “se essas distinções estabelecem ‘discriminações’ arbitrárias e injustas, ou se pertencem à própria natureza do casamento ao mesmo tempo que servem o autêntico bem comum”.

E conclui: “Desde há séculos, os governos reconheceram legalmente que a natureza do casamento consiste na união estável de homem e mulher: primeiro, porque isso é o que é; e, segundo, porque existem boas razões de ordem pública [para proteger essa união], entre outras, o bem-estar dos filhos e a promoção da vida familiar. Significa esse reconhecimento estabelecer distinções? Sim. Equivale a uma injustiça? Não”.

Um argumento muito parecido com o de Weigel é aquele que acaba de empregar o Supremo Tribunal de Porto Rico para rejeitar a adoção entre homossexuais. A sentença afirma que não é discriminatório tratar de forma desigual realidades diferentes, desde que o tratamento desigual se baseie numa “racionalidade mínima”. O Supremo entende que a proibição da adoção entre homossexuais não é arbitrária nem injustificada, respondendo, sim, a um interesse legítimo do Estado em propiciar às crianças a oportunidade de serem criadas numa família formada por uma mãe e um pai.

Intolerância e discriminação

Os defensores dos casamentos *gay* são muito zelosos da igualdade, mas muitas vezes não a respeitam quando defendem a sua causa. A experiência dos últimos anos mostra que, em nome do “casamento igualitário”, podem restringir-se

direitos fundamentais como a liberdade religiosa, a liberdade de expressão, a liberdade de associação, o direito à objeção de consciência ou o direito dos pais a educar os seus filhos de acordo com as suas convicções.

No Canadá, o Supremo Tribunal emitiu uma sentença contra um ativista cristão por distribuir panfletos onde critica a prática homossexual. A sentença declara que os folhetos “se opõem à capacidade de alcançar a autorrealização” dos homossexuais. O colunista do “National Post”, Rex Murphy, considera preocupante que o Supremo anteponha um suposto novo “direito a não se sentir ofendido” a direitos de grande tradição como a liberdade de expressão e a liberdade religiosa.

Também são problemáticas as medidas contra a discriminação que, para proteger alguns, negam a liberdade de organizações de inspiração cristã poderem atuar em conformidade com as suas crenças. Nos Estados Unidos, por exemplo, as cidades de Boston e São Francisco, o Distrito de Colúmbia e o Estado do Illinois retiraram as licenças às agências de adoção católicas por se negarem a colocar crianças em lares de uniões homossexuais, ou de sexo diferente mas que coabitam sem se casar.

Na Austrália, está agora a debater-se a Human Rights and Anti-Discrimination Bill 2012, um anteprojeto apresentado pelo governo para unificar cinco leis contra a discriminação. Um dos aspetos mais controversos do anteprojeto é a volta subjetiva que dá à ideia de discriminação: as autoridades poderão considerar que existe tratamento desigual injustificado quando achem que “uma conduta ofende, insulta ou intimida outra pessoa” (cfr. artigo 19). A plataforma GetUp! vai mais longe e exige que se eliminem as isenções previstas para as instituições de inspiração religiosa (escolas, hospitais, agências de adoção...) que lhes permitem selecionar empregados de acordo com as suas crenças.

Intolerância e discriminação caminham de mãos dadas quando se tacha de “homófobos” os que defendem que o casamento só pode ser a união de um homem e de uma mulher, ou, que é melhor para as crianças que tenham um pai e uma mãe. Um caso significativo de linchamento mediático, por exercer o seu direito a expressar-se com liberdade, é o de Dan Cathy, presidente da cadeia de restaurantes ChickfilA (que já referimos no “Correio da AESE” nº 604). Em julho de 2012, Cathy sofreu um boicote por declarar numa entrevista que só entende por família a de mãe e pai.

A perigosa intolerância para com o “intolerante”

Os penalizados pela censura *gay* também podem ser ex-homossexuais que se atrevem a questionar os postulados da “correção política”.

Nos autocarros londrinos houve uma campanha com a frase: “Some people are gay. Get over it!”. Mas quando outra

organização britânica, Core Issues Trust (CIT), quis fazer pelo mesmo meio outra campanha para oferecer apoio a homossexuais que querem deixar de sê-lo, o presidente do município de Londres, Boris Johnson, proibiu-a. Na sua opinião, a frase “Not gay! Post-gay, ex-gay and proud. Get over it!” era “claramente ofensiva”. Para vetá-la, alegou que “Londres é uma das cidades mais tolerantes do mundo, e intolerante com os intolerantes”.

Mike Davidson, diretor da CIT e ex-homossexual, lamentou que se acusassem os seus de promover a “interiorização da homofobia” quando estavam só a escolher a sua própria identidade sexual. Ao fim e ao cabo, não tinha a ver com isto o movimento *gay*?

O caso está agora a ser dirimido perante o Supremo Tribunal britânico. Andrea Williams, o advogado que se encarrega da defesa judicial da CIT, sustenta que os ex-homossexuais são uma minoria discriminada a quem é negada a liberdade de expressão. Quando o edil londrino afirma que deseja combater com intolerância os “intolerantes”, na realidade está a dizer que aspira a que toda a gente, goste disso ou não, se submeta a uma estrutura de correção política. E se alguém discorda dela, é-lhe negada a licença para o dizer.

A Johnson acontece o mesmo que com esses liberais contemporâneos criticados por Robert George no seu novo livro “Conscience and Its Enemies”: embora gostem de se apresentar como relativistas, a verdade é que são uns moralistas. “Os liberais querem reformar a vida política e social, e, na medida do possível, a fé individual de acordo com as suas convicções morais. Por isso, lutam contra a Igreja católica, cujos ensinamentos morais estão em conflito com as crenças liberais sobre o estado da vida humana nascente, a natureza e o significado do casamento, e a liberdade religiosa”.

J.M.

A ciência inconsistente ao serviço do casamento *gay*

Nas audiências que começaram perante o Supremo Tribunal dos EUA sobre o casamento *gay*, é possível apresentar também pareceres de pessoas ou grupos que têm um interesse no caso, embora não sejam parte direta. É o que tecnicamente se chamam “amicus briefs”. Um deles foi apresentado pelo Institute for Marriage and Public Policy e dois académicos, Leon Kass, da Universidade de Chicago, e Harvey Mansfield, da Universidade de Harvard.

O parecer (um resumo pode ser visto em “www.mercatornet.com”) coloca em dúvida o carácter científico de muitas das investigações que frequentemente se alegam em torno do casamento *gay* e do bem-estar das crianças educadas por uniões do mesmo sexo.

Recorda que, muitas vezes, em casos expostos perante o Supremo Tribunal, se alegam argumentos e investigações com origem nas ciências sociais, e que o Tribunal expressou muitas vezes ceticismo perante tais argumentos. Kass e Mansfield pensam que assim acontece também no caso dos estudos citados pelos recorrentes a favor do casamento *gay*.

“As ciências sociais estão mais inclinadas do que as ciências físicas para que as suas investigações sejam tendenciosas. Isto deve-se em parte a que tais investigações abordam questões que têm implicações imediatas em assuntos controversos de políticas públicas. E, em parte, também, porque é muito mais difícil – e, por vezes, impossível – fazer o tipo de observações objetivas e de experiências reproduzíveis que são um ingrediente básico das ciências físicas”.

Os autores advertem que há boas razões para pensar que o clima político influencia fortemente as investigações sociais sobre este caso, como escreve, por exemplo, Norman Gleen, da Universidade do Texas: “Dado o apoio ao casamento de pessoas do mesmo sexo observado entre investigadores de ciências sociais, está a tornar-se politicamente incorreto, nos círculos académicos, sugerir que os argumentos que se usam a seu favor podem estar errados”.

Como exemplo do uso que, às vezes, foi feito em tribunais inferiores dos testemunhos de especialistas, cita a opinião de Michael Lamb, especialista em desenvolvimento infantil. Um tribunal de distrito citou Lamb para tirar a conclusão, na sua sentença, de que “o género do pai de uma criança não é um fator que influa no bom ajustamento da criança” e que “ter um pai e uma mãe não faz aumentar a probabilidade de que uma criança se desenvolva bem”.

No entanto, comentam Kass e Mansfield, “durante o julgamento, Lamb reconheceu que as suas próprias investigações concluíam que, ser criado sem um pai, tinha efeitos negativos nas crianças, e que há dados que indicam haver diferenças significativas entre homens e mulheres na sua conduta como pais. Também admitiu que há muitas investigações a indicar que as crianças criadas pelos seus pais biológicos estão em melhores condições do que as criadas por outras estruturas familiares”.

Não há conclusões fiáveis

Mas o que Kass e Mansfield sublinham sobretudo, é que os efeitos do casamento *gay* sobre a vida familiar são atualmente desconhecidos. A ideia de que os efeitos serão benéficos, como dizem os seus defensores, “baseia-se somente em

conjeturas ou em fé, não na ciência”. “Mesmo que o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criação de crianças por essas uniões fossem muito mais comuns do que agora o são, seria necessária uma grande quantidade de dados recolhidos durante décadas para que um investigador responsável pudesse fazer estimativas de caráter científico sobre os seus efeitos”.

“As afirmações que se costumam encontrar nos estudos sobre este tema dizem, em geral, quando muito, que ‘não existem provas’ de efeitos prejudiciais do casamento entre pessoas do mesmo sexo ou sobre a criação de crianças nessas uniões. Estas conclusões não deveriam surpreender, pois as provas das quais possa tirar-se alguma conclusão fiável são muito escassas”.

“Assim, a única coisa que é possível dizer, será que não existem provas fiáveis de que tais práticas implicam benefícios ou prejuízos. Mas isto é algo que raras vezes afirmam os promotores do casamento gay”. Em vez disso, “promoveram o mito de que a falta de provas de efeitos prejudiciais implica, ou é, uma clara sugestão de que tais efeitos não irão acontecer”.